

Paper

**Acesso e exercício do primeiro emprego dos
diplomados do ISPV**

Access and first Job of ISPV graduates

Luís Nuno Sousa

Recommended Referentiation

Sousa, Luís Nuno (2011), Acesso e exercício do primeiro emprego dos diplomados do ISPV, *International on Working Conditions (RICOT Journal)*, N.º 2, Porto: IS-FLUP, pp. 19-41.

Publicação editada pela RICOT (Rede de Investigação sobre Condições de Trabalho)
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Publication edited by RICOT (Working Conditions Research Network)
Institute of Sociology, University of Porto

Acesso e exercício do primeiro emprego dos diplomados do ISPV

Access and first job of ISPV Graduates

Luís Nuno Sousa¹

Resumo

Mais que uma questão económica, a dificuldade no acesso ao primeiro emprego regular, por parte dos diplomados do ensino superior, apresenta-se como uma questão eminentemente social, transformando-se num dos fenómenos estruturantes das sociedades ocidentais modernas e numa preocupação de entidades estatais, de onde se salientam as próprias instituições de ensino superior. Face ao progressivo aumento da oferta deste nível de ensino, novos desafios são colocados à população diplomada. As dificuldades na transição para o trabalho ganhou, nos últimos anos, dimensões preocupantes, quando se pensa nas consequências sociais que implica, tendo presente a crescente procura de educação e a hierarquização e regulação da oferta de emprego, que continuam a denotar, de uma forma cada vez mais evidente, dificuldades de absorção de uma mão-de-obra progressivamente mais qualificada. Consequentemente, o que aqui está em causa não é somente o acesso ao emprego, mas igualmente a passagem à vida adulta, reflexo do prolongamento da juventude e das trajectórias escolares. Apresentamos aqui o resultado da análise da transição para o trabalho por parte dos diplomados 2005/06 do ISPV, mais especificamente o acesso e exercício do primeiro emprego regular.

Palavras-chave: Ensino Superior Politécnico, Primeiro Emprego, Transição para o trabalho.

Abstract

More than an economic issue, the difficulty in accessing the first regular employment by graduates of higher education, presents itself as an eminently social issue, becoming one of the structural phenomena of modern western societies and in the interests of state agencies, where stand out the very institutions of higher education. Faced with the progressive increase in the supply of higher education, new challenges are posed to the population graduated. The difficulties in the transition to the work gained in recent years, a source of concern when you consider the social consequences it entails, bearing in mind the growing demand for education and regulation and the hierarchy of jobs that continue to denote, in a way each increasingly evident, difficulties in absorbing a skilled workforce increasingly qualified. Consequently, what is at stake here is not only access to employment, but also the transition to adulthood, reflecting the extension of youth and school trajectories. We present here the outcome of the transition to work by graduates of the 2005/06 ISPV, specifically the taking up and pursuit of the first regular employment.

Keywords: Polytechnic, First Job, Transition to Work.

¹ ESEV/IPV, Viseu, Portugal. E-mail: luissousa@esev.ipv.pt.

1 - Questões introdutórias

As crescentes dificuldades que os diplomados do ensino superior revelam em aceder ao mercado de trabalho, materializada na sua representatividade crescente no contingente de desempregados, marcam decisivamente um novo contexto social. Após um período de pleno emprego durante o pós-2ª guerra mundial, vivemos actualmente um período de grande instabilidade de emprego, que até recentemente abrangia fundamentalmente faixas populacionais que se encontravam arredadas do sistema de ensino. Esta situação foi particularmente impulsionada pelo aumento e diversificação da oferta educativa, sobretudo a nível superior, ocorrida na defesa de um novo modelo de desenvolvimento social onde o conhecimento e inovação tecnológica surgem como elementos centrais. Assim, assiste-se progressivamente à ascensão de um novo fenómeno, nos anos 70/80, causado por uma crescente penúria de emprego e pelo aumento exponencial do fluxo de oferta de mão-de-obra qualificada: o desemprego dos diplomados do ensino superior.

O que se encontra aqui em causa não é somente a crescente dificuldade dos jovens diplomados acederem a uma actividade regular remunerada e à vida activa, mas simultaneamente aos conteúdos e condições laborais. Consequentemente, como demonstram Giret e Lopez (2005), cada vez mais jovens, progressivamente mais diplomados, são recrutados para empregos ditos não qualificados (empregos de passagem), movimento que se intensifica e se torna cada vez mais comum.

O conceito de transição profissional enquadra-se, em parte, na perspectiva da Teoria da Regulação, sobretudo na forma como esta interpreta o funcionamento do mercado de trabalho. Rose (1987, 1998), afirma que se deverá ter em consideração igualmente diversos factores/actores (Estado e entidades empregadoras). Assim, a vantagem da utilização do conceito de transição é o de salientar as dimensões institucionais que circunscrevem este processo, elevando-o a nível macro, desviando-se assim da perspectiva da Teoria do Capital Humano ao assumir que este processo é, fundamentalmente, um entrelaçar de períodos de formação, emprego e desemprego. O autor salienta, simultaneamente, que existe uma dinâmica de socialização onde se constrói a relação entre educação, trabalho/emprego e suporta a inserção dos indivíduos nas relações laborais. Assim, o conceito de transição, além de envolver os diversos actores sociais, indivíduos, família, instituição formadora, mercado de trabalho e Estado, apresenta-se como um fenómeno pluridimensional e multifacetado², arrastando-se temporalmente, com consequências directas na vida pessoal e social dos indivíduos, sobretudo no que respeita à sua passagem à vida adulta.

Kruppe (2002) comprova esta realidade ao afirmar que o processo de transição para o trabalho inclui actualmente movimentos de transição entre empregos, entre desemprego e emprego, entre educação, formação e emprego, entre actividades

² *Estudar as relações entre os jovens e o emprego é interrogar-se sobre um grupo social (juventude), sobre as instituições ou organizações (escola, empresas) e sobre as formas culturais e sociais, no que respeita aos mecanismos de regulação laboral. As interpretações avançadas (especificidade dos jovens, inadaptação da escola, singularidade nacional, papel das políticas públicas, papel das empresas e funcionamento do mercado de trabalho) não são suficientes para perceber as condições de acesso ao emprego dos jovens inexperientes e a evolução do seu volume, repartição e formas de emprego. Resta combinar estas abordagens com a selectividade de desemprego, precariedade, discriminação, heterogeneidade, desclassificação e estigmatização da juventude.*

privadas e mercado de trabalho, ou mesmo entre emprego e reforma. Perante esta perspectiva, Gautié (2003) apresenta, a nível estrutural, três tipos de transição: emprego-emprego, emprego-desemprego e desemprego-desemprego e avança com o conceito de transições involuntárias, como forma de caracterizar a subjectividade que circunscreve, cada vez mais, o processo de transição para o trabalho.

Esta proposta tem a vantagem de acrescentar à análise o conceito de transição involuntária, salientando a pertinência da questão da qualidade de emprego como aspecto determinante neste processo. Fondeur e Minni (2004) chamam, assim, a atenção para o efeito de primeira entrada no mercado de trabalho estar directamente relacionada com as questões da precariedade de emprego, como são exemplo os empregos temporários ou mesmo os períodos de ensaio, que reflectem a falta de experiência profissional, transformando-se num período inevitável de aprendizagem e de socialização profissional inicial, fulcrais para a efectiva integração profissional³. Assiste-se a uma diversificação das trajectórias intra/intersectoriais e a uma recomposição das diferentes etapas da vida activa e do ciclo de vida profissional, uma vez que as carreiras alteram as suas configuração e até a sua existência é, hoje, colocada em causa, pelo menos no que respeita à sua linearidade e estabilidade.

O período do emprego imediato terminou há muito e a realidade laboral apresenta desafios de crescente complexidade, pelo que o simples acesso aos diplomas já não resolve, *per si*, o problema do acesso à vida activa. Gangl (2002) refere que a acção individual (antes, durante e após a formação académica) se revela fundamental, quando o que está em causa é uma efectiva transição para o trabalho. As questões ligadas ao percurso educacional dos indivíduos, à já referida experiência profissional e redes sociais às quais os mesmos têm acesso apresentam-se como fundamentais no sucesso deste processo. Os recursos aos quais os jovens têm acesso, bem como as suas trajectórias e posturas individuais têm que ser tidas, inquestionavelmente, em conta, sob pena da transição se reter em questões puramente institucionais e formais, que nada se aproximam do enquadramento social actual. Isto implica, para Rose (1998), que o jovem tenha que ser considerado não somente como sujeito mas paralelamente como actor.

A capacidade de estratégia individual apresenta-se, progressivamente, como um critério de diferenciação da juventude, face à dificuldade cada vez mais evidente de acesso ao mundo do trabalho, que exige uma progressiva flexibilização na postura dos jovens, quando acedem ao primeiro emprego regular. Canals e Diebolt (2001) referem mesmo que os jovens optam, muitas das vezes, por empregos mais estáveis, independentemente de o mesmo implicar uma desclassificação, tendo presente o seu nível de escolaridade e expectativas salariais e formativas. Esta situação é, a nível nacional, particularmente visível no acesso dos diplomados ao mercado público, como pudemos comprovar em Sousa (2003), até porque aí o emprego “(...) *is much farther removed from the impetus of productivity and profitability of global competition.*” (Milss e Blossfeld, 2005: 19).

Para além da questão do desemprego, os jovens diplomados do ensino superior enfrentam um movimento de precariedade laboral crescente, particularmente visível no início da vida activa, ao nível do tipo de emprego exercido e das condições de trabalho,

³ Esta questão aproxima-se do conceito de socialização profissional, originário de Dubar (1991) e que levanta a pertinência do trabalho durante a frequência do curso superior, como defendem Béduwé e Giret (2004) e que reforça a efectiva importância da experiência profissional no processo de integração profissional.

num contexto laboral progressivamente mais selectivo e concorrencial. Estas dificuldades não excluem instituições ou áreas científicas específicas, salvo raras excepções, afectando simultaneamente diplomados das universidades e dos politécnicos, do ensino superior público e do ensino superior privado, apresentando-se como um movimento generalista e globalizante.

A nível nacional, tal problemática só recentemente ganhou relevância analítica, acompanhando o alargamento da oferta de ensino superior e o conseqüente aumento do número de diplomados, como comprovam as investigações mais recentes, de onde salientamos Gonçalves, Parente, Veloso (2001); Marques (2006); Alves M. (2007).

2 - Questões metodológicas

A população aqui em análise é constituída pelos diplomados que terminaram as respectivas licenciaturas até Setembro de 2006. Em termos empíricos abarcamos os seguintes cursos do ISPV: Comunicação Social (CS) da Escola Superior de Educação de Viseu e da Escola Superior de Tecnologia de Viseu os cursos de Gestão de Empresas (GE), Gestão Comercial e da Produção (GCP), Turismo (T), Contabilidade e Administração (CA) e as diversas Engenharias: Madeiras (EM), Ambiente (EA), Electrotécnica (EE); Informática e de Sistemas (EI), Civil (EC), Mecânica e da Produção (EMGI)⁴. Pretende-se aqui caracterizar a transição para o trabalho, nomeadamente através da análise da temporalidade e das estratégias de acesso ao primeiro emprego, número de empregos exercidos, condições do exercício laboral, tipo de contratos de trabalho e níveis de remuneração, regime de trabalho, mobilidade geográfica inerente ao processo e, finalmente, a caracterização da entidade empregadora, enquadrada pelos sistemas públicos de apoio ao emprego, pela existência ou não de apoio da instituição de ensino e pelo mercado laboral, sobretudo a nível local, tendo presente o contexto sociogeográfico dos diplomados.

Tendo presente que este estudo assume uma configuração metodológica de análise intensiva, mas também extensiva⁵, concretizada na realização de um estudo de caso⁶, torna-se óbvia a necessidade da utilização de técnicas de análise quantitativa e

⁴ Num total de 354 inscritos finalistas em 2005/06 obtivemos a participação de 244 finalistas, constituindo 68,9% dos inscritos no ano lectivo de 2005/06; deste grupo, somente acedemos a 43,7% diplomados que responderam 18 meses depois de terem terminado a licenciatura.

⁵ Foram aplicados os inquéritos por questionário aos diplomados, colocados durante três semanas On-Line, de forma a facilitar o acesso e preenchimento, minimizar o tempo de resposta e recepção de resultados e fazer face a uma hipotética dispersão geográfica que os diplomados poderiam revelar face às suas trajectórias profissionais iniciais.

No que respeita aos inquéritos por questionário e ao tratamento dos dados, a técnica construída privilegiava sobretudo questões de carácter fechado, codificadas a priori e posteriormente analisadas em SPSS 16.0, através de análises de frequências simples, bivariáveis e multivariáveis. Para Ghiglione e Matalon (1993), esta técnica tem como objectivo estimar grandezas "absolutas", estimar grandezas "relativas", descrever uma população ou subpopulação e verificar hipóteses, na medida em que se pretende recolher informações de natureza mais factual (embora sejam sempre representações sobre o passado) e opiniões sobre o trajecto no mercado de trabalho (emprego e desemprego) do próprio inquirido após a conclusão da licenciatura.

⁶ Para Yin (1989), o estudo de caso não visa a generalização estatística dos resultados, porque não representa uma amostra da qual se possa inferir as particularidades e características de um

qualitativa, como defende Pinto (1997). O guião do inquérito torna-se extenso e de resposta exigente, pelo constante apelo que faz à reinterpretação, localização temporal e recordação do passado⁷. Para a mesma, salientam-se os excelentes exemplos que constituíam as técnicas utilizadas em Gonçalves (2009); Teichler (2005; 2007) que mais contribuíram para a nossa base de estruturação desta técnica. Aplicámos ainda entrevistas semi-estruturadas, centradas na recolha das manifestações dos sujeitos face ao seu trabalho⁸.

3 - Posturas e dificuldades de acesso ao primeiro emprego

No que respeita ao acesso ao primeiro emprego, importa primeiramente caracterizar a população em análise. Consta-se que esta (cf. Quadro 1 em Anexo) é sobretudo feminina (63,1%), solteira (79,3%) e situam-se entre os 23 e os 25 anos (51,4%). Paralelamente, confirma-se a manutenção da proeminência da zona centro do país, sobretudo no distrito de Viseu (64,9%); 42,4% afirmam que procuraram formação profissional, (cf. Quadro 2 em Anexo – destacam-se as engenharias, mais especificamente EA e EM com formações na área de *Higiene e segurança no trabalho e Formação de formadores* que revelam taxas de desemprego mais elevadas e os cursos de T e CS com a *Formação de formadores*, sobretudo, por instituições privadas de formação profissional). Face a isto, resta-nos evidenciar se, efectivamente, esta formação profissional teria potenciado o acesso ao primeiro emprego (cf. Quadro 3 e 4 em Anexo). Assim, dos que afirmam ter realizado formação, 38,1% encontraram o primeiro emprego e 52,6% não. Tendo presente que a totalidade dos que tiveram emprego imediato e 65,9% dos que demoram 1-6 meses para aceder ao primeiro emprego não procuraram formação profissional, podemos concluir que neste caso a procura e frequência da mesma não facilitou o movimento de acesso ao primeiro emprego. Tendo presente que a procura de formação durante o período de procura de emprego, por parte destes diplomados, constitui intrinsecamente uma estratégia de acesso à vida activa, torna-se pertinente monitorizar as restantes estratégias efectivas utilizadas nesta fase de acesso.

universo de estudo. Permite, sim, uma generalização analítica, na qual questões de investigação e pressupostos teórico-conceptuais orientam e enquadram a comparação dos resultados empíricos.

⁷ *Seria metodologicamente ingénuo e profundamente empirista considerar que os resultados do inquérito respondem a todas as interrogações que se colocam quando se toma por objecto a transição para o mercado de trabalho e as trajetórias profissionais dos licenciados. Os resultados são sempre relativos a uma população e a coordenadas espaço-temporais específicas (o peso determinante da conjuntura económica no emprego dos licenciados não deve ser esquecido); conseqüentemente, não poderão ser objecto de transposições ilegítimas, de forma a fundamentar exercícios comparativos e prospectivos.*

⁸ *Conseqüentemente, e após a transcrição das mesmas, foi efectuada a respectiva análise de conteúdo, entendida por Bardin (1986) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens com intenção de realizar inferências de conhecimentos relativos às causas e antecedentes dessas mensagens e/ou às suas conseqüências.*

Quadro 1 - Iniciativas de acesso ao primeiro emprego por curso (%)

Iniciativas de acesso	CS	GE	GCP	T	EA	EI	EC	EE	EM	EMGI	CA	Total
Inscrição no Centro de Emprego	79,2	50	80	92,9	83,3	75	62,5	75	66,7	100	0	76,5
Autopropostas/Candidaturas espontâneas	54,2	60	80	64,3	91,7	50	50	50	66,7	100	0	63,5
Colocação ou respostas a anúncios	62,5	40	40	42,9	83,3	50	37,5	50	66,7	0	0	54,1
Contacto com amigos/familiares	45,8	30	60	35,7	50	0	12,5	25	66,7	100	0	45,8
Contacto com agências privadas de recrutamento	37,5	20	80	42,9	58,3	25	12,5	75	33,3	100	0	41,2
Procurar através do Instituto Politécnico	0	20	80	7,1	33,3	0	12,5	75	66,7	100	0	21,2
Outra: Estágio profissional	0	10	0	14,3	8,3	0	0	0	0	0	0	4,7
Não tomei nenhuma iniciativa	0	10	0	7,1	8,3	0	0	0	0	0	0	3,5
Criar o próprio emprego/empresa	0	0	0	0	8,3	0	12,5	0	0	0	0	2,4
Continuei a estudar	0	0	0	0	8,3	0	0	0	0%	0	0	1,2
N	24	10	5	14	12	4	8	4	3	1	0	85

Legenda: Resposta até 2 opções.

Quando questionados sobre que tipo de iniciativas foram materializadas na procura do primeiro emprego por parte dos diplomados, verifica-se uma efectiva diversidade de estratégias, como a *inscrição no Centro de Emprego* (EA e EM), as *Autopropostas/Candidaturas espontâneas* (EA e GCP), “(...) comecei a enviar candidaturas espontâneas onde me propunha para estágios (...)” (ENTRV H) e a *Colocação ou respostas a anúncios* (EA e EM), “(...) à medida que ia fazendo o curso fui investigando e vendo que empresas é que havia no nosso ramo e também uma pessoa vai conhecendo pelos seus produtos e esta empresa despertou a atenção (...) eles estão sempre a admitir pessoas é uma empresa que está a crescer muito e está sempre a admitir pessoal, simplesmente mandei o meu currículo para lá, chamaram-me fui a uma entrevista, fui ainda a uma segunda entrevista e fiquei.” (ENTRV I).

Este movimento traduz uma alteração comportamental, o que poderá transparecer uma constatação de maiores dificuldades do que as efectivamente esperadas no acesso ao emprego e evidenciando esta diversificação das estratégias de acesso por parte dos diplomados. Paralelamente, destaca-se a representatividade do factor *contacto com familiares/amigos*, que contudo assume uma maior expressão (cf. Quadro 5 em Anexo) por parte dos que não acederam ao primeiro emprego regular, o que nos permite equacionar se não reflecte igualmente dificuldades evidentes no processo de acesso ao primeiro emprego. Curioso é verificar que a incidência de utilização desta estratégia aumenta à medida que o desemprego de inserção se arrasta temporalmente, o que pode exteriorizar um extremar de posições e o efectivo recurso a todos os meios possíveis de forma a aceder ao emprego: “(...) o factor C em Portugal é o mais comum. (...) fiquei chocada quando uma colega que já lá estava há um ano, cumpriu o seu ano e eles, mudando um bocadinho o nome da função que ela ia ter, conseguiu ficar lá mais um ano (...) eu não digo que não tenha recorrido ao factor C, tem que ser, tem que se ter conhecimento hoje em dia (...)” (ENTRV A),

Por outro lado, somente 21,2% procuram emprego através do ISPV, confirmando críticas relativamente ao limitado apoio institucional no acesso à vida activa, como já tinha sido possível constatar no capítulo anterior: “ (...) na Universidade de Aveiro, eles têm muitas ofertas e acompanham muito mais os alunos; não sei se, depois, efectivamente isso acontece, mas, pelo menos ao nível do site e da comunicação, dão a entender que acompanham mais.” (ENTRV D); “(...) há preocupação em alguns departamentos, pelo menos que eu tenha conhecimento, que têm sempre pessoas direccionadas para a inserção no mercado de trabalho, mas, lá está, elas fazem o trabalho delas, que é pegar nessa quantidade de informação e pôr disponível (...) é uma maneira de trabalhar, não sei se será a melhor (...)” (ENTRV E); “(...) na E.S. de Hotelaria e Turismo do Estoril, têm o cuidado de, depois do ano terminar, arranjar o estágio profissional ou uma colocação no mercado. Aqui lançam-nos... nós já fizemos a nossa parte, agora façam vocês a vossa (...)” (ENTRV A).

Estas posições denotam lacunas evidentes ao nível da responsabilização institucional: “(...) era importante que houvesse um esforço das Instituições no sentido de divulgarem a oferta e do Centro de Emprego nos apoiarem (...) ou haver mais estágios ou, a haver, deve, se calhar, ser só no final (...) se a Escola colocasse os estágios no final do curso, já poderíamos ficar nessa empresa e nós próprios já estávamos a ter essa experiência e sabíamos que era para integrar o mercado de trabalho e não ir estudar outra vez.” (ENTRV D).

Estas opiniões vêm de encontro às críticas apontadas pelos finalistas às estruturas curriculares, sobretudo na questão da inexistência de estágios curriculares. Esta situação não é, contudo, genérica, apesar das excepções serem efectivamente esporádicas, individualizada e de índole pessoal, dependendo mais de vontades e consciências de docentes do que de uma efectiva política de apoio institucional ao acesso ao primeiro emprego: “(...) estavam a pedir estágios para a Caixa D’uero, vi o mail lá no departamento de gestão a pedir um estágio (...)” (ENTRV F), “(...) havia professores e o próprio departamento que procuravam integrá-los em fábricas, em escritórios de contabilidade (...) havia professores que diziam: -“Há um trabalho aqui, acolá, quem quiser... diga” (...)” (ENTRV B); “Temos o departamento de gestão que nos manda ofertas de emprego (...) não há ninguém a contactar, é mais da empresa para o departamento de gestão, do que do departamento de gestão perguntar se precisam de alguém (...)” (ENTRV F); “(...) eles próprios faziam recolha dos currículos das pessoas recém-licenciadas que estavam a acabar os seus cursos e eles próprios propunham os seus alunos.” (ENTRV G); “(...) eles diziam: - “se vocês quiserem um estágio, a gente ajuda-vos a procurar um estágio”, (...) em Aveiro ou na Universidade do Porto, têm uma própria bolsa de emprego, que apresentam ao aluno que determinada empresa quer um estagiário (...) o Instituto ainda não tem isso e se calhar deveria ter.” (ENTRV H).

Estas posições permitem-nos concluir que, na perspectiva dos diplomados, o apoio institucional é incipiente, informal e não organizado.

Analisamos agora a problemática das efectivas dificuldades experimentadas no acesso ao primeiro emprego regular.

Quadro 2 - Dificuldades de acesso ao primeiro emprego por curso (%)

Dificuldades de acesso	CS	GE	GCP	T	EA	EI	EC	EE	EM	EMGI	CA	Total
Falta de experiência profissional	58,3	40	60	50	58,3	25	50	50	100	0	0	52,9
Falta de emprego na área de formação académica	70,8	10	20	28,6	66,7	0	12,5	25	0	0	0	38,8
Pouca oferta a nível regional	20,8	20	40	42,9	25	25	37,5	75	0	0	0	29,4
Desvalorização do grau de licenciado	25	20	20	42,9	25	0	0	0	33,3	0	0	22,4
Não tive dificuldades	8,3	0	20	21,4	8,3	75	50	50	33,3	100	0	21,2
Pouca oferta a nível nacional	16,7	20	40	28,6	33,3	0	12,5	25	0	0	0	21,2
Excesso de habilitações face a oferta	41,7	10	0	28,6	8,3	0	0	25	33,3	0	0	21,2
Falta de empregos com boas condições de trabalho	25	20	20	21,4	8,3	0	12,5	25	66,7	0	0	20
Outra - Falta especialização	0	10	0	7,1	16,7	0	0	0	0	0	0	4,7
Acesso à informação	0	10	40	7,1	8,3	0	0	0	0	0	0	5,9
Concorrência	12,5	10	0	7,1	16,7	0	0	0	0	0	0	8,2
Falta de conhecimentos pessoais	8,3	0	40	7,1	0	0	0	0	0	0	0	5,9
Não procurei emprego	0	10	0	7,1	8,3	0	12,5	0	33,3	0	0	5,9
Desmotivação/descrença	0	0	0	7,1	0	0	25	0	0	0	0	3,5
Falta de recursos para pesquisar emprego	0	0	0	7,1	8,3	0	0	0	0	0	0	2,4
N	24	10	5	14	12	4	8	4	3	1	0	85

Legenda: Resposta até 2 opções.

No que respeita às principais dificuldades no acesso ao primeiro emprego regular, sobressai a *falta de experiência profissional* (EM, CS, EA - cursos que evidenciaram maior dificuldade de acesso ao primeiro emprego), “(...) eles pedem experiência, mas não nos deixam ganhar essa experiência (...)” (ENTRV F). Esta questão da experiência profissional revela-se, assim, de extrema pertinência, sobretudo para explicar a diferença de desemprego entre jovens e adultos, como refere Germe (2001). Além disto, evidencia-se a *falta de oferta de emprego na área de formação* (EA e CS), “(...) comecei a enviar currículos, com as cartas de apresentação. Não obtive nenhuma resposta, pelo menos para fora de Viseu (...) fiquei muito desanimada; pensava que houvesse muito mais oferta (...) então enveredei por outra área (...) comecei a dar aulas.” (ENTRV A); “(...) fartei-me de enviar currículos, eu desejava integrar o trabalho na minha área, não consegui (...) depois de um ano e 3/4 meses é que consegui trabalho.” (ENTRV D) e a falta de oferta de emprego a nível regional (T e GCP): “(...) se estivesse em Lisboa ou no Porto ou em Setúbal, eu já estava empregada. Aqui, não (...) depois vamos a uma empresa, a escola não é uma escola conhecida, com média de 13 (...) já mandei currículos e andei a picar bancos, não os piquei todos; a nível da Internet tenho enviado, a nível de departamento de gestão tenho enviado tudo. (...)”(ENTRV F); “(...) se eu quisesse enveredar pela análise financeira ou auditoria, se calhar tinha que ir viver para o Porto ou para Lisboa (...)” (ENTRV B).

Paralelamente denotam um interesse efectivo de procura de emprego na região, enquadrando-se nas posturas anteriores o que poderá reflectir as suas origens sociais e

geográficas - a procura regional de educação, agora complementada com a preferência de fixação da população na região: *“Não sei se vai do aluno não querer sair muito da cidade; depois, também acontece acabar o curso, ter aqui alguns conhecimentos e o objectivo principal será manter-se dentro da área de residência, onde estava integrado, e já não ter que sair muito daqui. Mas depois também há o contra-senso de haver um emprego que é destinado a pessoas com aquele tipo de características e depois não têm coragem de ir à procura deles.”* (ENTRV E). Saliente-se, ainda, as *lacunas formativas*: *“(...) acho mesmo que uma das coisas que não me permitiu ser aceite logo na primeira entrevista foi o facto do inglês. Eu sabia inglês mas não o dominava e parte da primeira entrevista foi toda em inglês e eu senti que houve ali uma certa... devido ao meu nível mais baixo de inglês.”* (ENTRV I).

De forma a dar continuidade a esta análise, equacionamos as dificuldades vividas por estes diplomados no exercício do primeiro emprego (cf. Quadro 6 em Anexo). Assim, reafirmam-se perspectivas anteriores, ao aferirmos que é, sobretudo, a *Falta de experiência profissional* (14,3%, E.M, EE, EA e EMGI). Paralelamente, salientamos ainda as *Lacunas formativas* (12,7%, EI, T) bem como o facto da *Aplicabilidade do conhecimento obtido na formação académica* (11,1%,GE, GCP). Importa agora efectuar a sua caracterização profissional.

4 - Caracterização Socioprofissional do primeiro emprego

Interessa desde já verificar se, durante este processo, os mesmos teriam exercido qualquer tipo de actividade profissional temporária (cf. Quadro 7 em Anexo). Verifica-se que 35,3% afirmam que sim (T, EI, EA), salientando-se a diversidade evidente de ocupações (empregado comercial 13,8%-CS e EA; hospedeira turística 6,9%-T, explicador de inglês 6,9%-T e CS), apesar de 27,6% não especificarem (EA), o que nos permite concluir que representam, sobretudo, actividades ocupacionais desqualificadas. Estes dados, face ao rápido de acesso ao primeiro emprego regular, como iremos verificar seguidamente, levantam novamente a questão das origens sociais dos diplomados e da necessidade imperiosa de aceder rapidamente ao mercado laboral: *“(...) eu no estágio ganhava 500 euros (...) na ZARA, ganho muito mais, claro que não devemos pensar só no dinheiro, mas é isso que me vai dar estabilidade.”* (ENTRV F). Esta situação confirma a flexibilidade referida no capítulo anterior, ao nível das disponibilidades profissionais dos então finalistas, e evidencia ainda uma efectiva dificuldade no acesso ao primeiro emprego regular numa área coerente com a formação académica obtida: *“(...) estou a trabalhar em part-time, comecei em Abril de 2008 (...) sou operadora de caixa (...) o trabalho temporário é só uma etapa no nosso percurso (...) é aquela coisa “nunca mais saio daqui, nunca mais vou trabalhar na minha área”(...)”* (ENTRV H).

Torna-se pertinente confirmar esta situação; isto é, se estas actividades ocasionais, sobretudo nas áreas comercial e da restauração, facilitaram o acesso ao primeiro emprego regular ou se teriam constituído simplesmente um reflexo das dificuldades evidentes ao nível do acesso a uma actividade regular. Verifica-se que não existe uma relação efectiva entre actividades esporádicas, a formação académica e o primeiro emprego regular; consequentemente, o desempenho de actividades ocasionais não denota que tenha acelerado o acesso ao primeiro emprego regular.

Verifica-se (cf. Quadro 7 em Anexo) que 22,4% ainda se encontram à procura do primeiro emprego regular à data de aplicação do inquérito (EA, CS, GT e GE), o que face, ao facto de que a maioria ter terminado o seu curso em 2006, como já foi referido, nos permite afirmar que estamos perante um movimento de desemprego de inserção de longa duração, corroborando as dificuldades assumidas dos diplomados no acesso aos seu primeiro emprego regular. O género não revela pertinência neste movimento, contrariamente à idade (Quadro 8 em Anexo), verificando-se que 25% dos que não acedem ao primeiro emprego se situam entre os 23-25 anos e 17,1% entre os 26-30 anos (Ver quadro 9 em Anexo), confirmando a importância da falta de experiência profissional neste processo. Esta situação é confirmada pelo facto de a quase totalidade dos que declaram procurar o primeiro emprego terem sido estudantes a tempo inteiro, apesar de 35,3% afirmarem ter realizado actividades ocasionais, embora pouco qualificadas (principalmente, os diplomados dos cursos T e EA). Paralelamente a este movimento, verifica-se que 56,7% acederam ao primeiro emprego, destacando-se neste caso os diplomados de EM, EC e GCP, com 100% de representatividade.

Bruyère e Lemistre (2005), referem que quanto mais longo for o processo (tempo de acesso ao primeiro emprego, número de meses desempregado e duração de emprego após três anos de mercado de trabalho), menos frequentemente se acede a um emprego adequado, no nosso estudo tal não é perceptível. Assim, relativamente aos que acederam ao seu primeiro emprego regular, constata-se que o acesso não se apresenta em termos temporais problemático, apurando-se que 65,1% encontram o primeiro emprego num espaço de 6 meses, sendo que a maioria mantém, ainda hoje, a mesma situação profissional. Com uma inserção elevada, confirmam-se contextos já aferidos, por exemplo, em Gonçalves, Parente e Veloso (2004), Gonçalves (coord.) (2009) ou em Couppié e Mansuy (2006), onde se refere que em Portugal se verificam, genericamente, entradas fáceis e rápidas no mercado de trabalho. O factor tempo não revela aqui particular importância, reforçando a pertinência analítica do contexto social, que pode reflectir uma necessidade imediata de trabalhar e de aceitar a primeira oportunidade: *“(...) eles vêm de um meio onde as condições económicas não são muito famosas, eles têm que procurar meios de subsistência, a procura de emprego é imediata... (...)”* (Coordenador E).

Esta situação enquadra-se na perspectiva de Santos (1991), Rose (1998), Lizé (2005) ou Giret e Lopez (2005), que referem que a maior parte dos jovens que acede a um diploma vêem o trabalho como um aspecto puramente instrumental, onde o aceitar da primeira oportunidade de emprego e o facto de concentrarem a procura de emprego no local de residência, entre outras, são variáveis de extrema pertinência.

Como podemos observar, 71,4% dos inquiridos afirmam que aceitaram a primeira oportunidade (EM; EMGI; EA), o que explica a limitada durabilidade no acesso ao primeiro emprego regular. O curso de EA mostra grande flexibilidade a este nível, o que nos permite, recordando Pollmann-Schult e Büchel (2005), questionar se as dificuldades em encontrar emprego condicionaram esta decisão. Esta situação insere-se em movimentos já verificados, por exemplo, em ODES (2002), Walther (2006) e Teichler (2005), onde a média de acesso ao primeiro emprego regular se situa em 6 meses. Importa recordar, que segundo Muller e Gang (2006), o primeiro emprego assume particular pertinência na estruturação e desenvolvimento da trajectória profissional, sobretudo na realidade portuguesa, como afirma a DGEEP/MTSS (2006). Esta situação aproxima-se da posição defendida por Gautié (2003), que avança com o conceito de

transições involuntárias, de forma a caracterizar a subjectividade e a heterogeneidade que caracteriza, cada vez mais, este processo de transição para o trabalho. Verifica-se, paralelamente, por parte dos que não acederam ao primeiro emprego regular, uma continuidade do seu percurso académico, que poderá reflectir uma estratégia ocupacional de adiamento do desemprego, um reflexo da insuficiência formativa ou mesmo uma exteriorização evidente das dificuldades de aceder ao emprego.

De forma a dar profundidade à análise importa aprofundar as formas de acesso ao primeiro emprego. Verifica-se (cf. Quadro 10 em Anexo) que 33,3% asseguram ter beneficiando de programas públicos de inserção na vida activa, salientando-se os estágios profissionais (47,8%), salientando-se EI e EC: “(...) *algumas empresas a nível de estágio estão receptivas, mas preferem os estágios com ligação com a universidade, gostam de estagiários acompanhados (...)*” (ENTRV H).

Quadro 3 - Caracterização do primeiro emprego por curso (%)

Profissão (cnp-94)	CS	GE	GCP	T	EA	EI	EC	EE	EM	EMGI	CA	Total
1	38,9	83,3	20	11,1	33,3	75	100	100	33,3	100	0	50,8
2	50	16,7	0	33,3	0	0	0	0	0	0	0	20,6
3	5,6	0	40	44,4	0	0	0	0	33,3	0	0	12,7
4	5,6	0	20	0	16,7	0	0	0	33,3	0	0	6,3
5	0	0	20	11,1	33,3	0	0	0	0	0	0	6,3
NR	0	0	0	0	16,7	25	0	0	0	0	0	3,2
Qual a sua situação?												
Por conta de outrem	88,9	83,3	80	77,8	66,7	50	87,5	100	100	0	0	81
Trabalhador independente	5,6	16,7	0	22,2	0	25	0	0	0	100	0	9,5
Não definida	5,6	0	0	0	33,3	0	0	0	0	0	0	4,8
Por conta própria com empregados	0	0	20	0	0	25	0	0	0	0	0	3,2
Por conta própria sem empregados	0	0	0	0	0	0	12,5	0	0	0	0	1,6
Vínculo contratual												
Contratado a termo	52,9	66,7	25	50	66,7	50	62,5	100	66,7	100	57,9	52,9
Estagiário	23,5		50	25	33,3		12,5				17,5	23,5
Prestação de serviços	5,9	16,7		12,5		50	12,5				10,5	5,9
Contrato sem termo	11,8		25	12,5			12,5		33,3		10,5	9,5
Sem contrato	5,9	16,7									3,5	3,2
Rendimento												
Até 400 Euros	5,6	0	0	0	16,7	0	25	0	0	0	0	6,3
401 - 600 Euros	61,1	0	40	55,6	33,4	0	0	0	66,7	0	0	33,3
601 - 800 Euros	16,7	50	0	0	33,3	50	37,5	33,3	33,3	0	0	23,8
801 - 1500 Euros	16,7	33,3	60	44,4	16,7	50	37,5	66,7	0	100	0	33,3
1501 - 2500 Euros	0	16,7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,6
N	18	6	5	9	6	4	8	3	3	1	0	63

Legenda: 1-Especialistas das profissões intelectuais e técnicas; 2- Pessoal administrativo e similares; 3- Pessoal dos serviços e vendedores; 4- Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio; 5- Técnicos e profissionais de nível intermédio.

Os dados confirmam a importância dos estágios e o uso, por parte dos diplomados, das políticas de apoio ao emprego. Quanto ao acesso ao primeiro emprego destacam-se, ainda, a *Resposta a anúncios* (25,8%, EM; EA), as *Auto-propostas* (22,6%, EE; EC) e os *Conhecimentos pessoais* (22,6%, EMGI; EC). Apesar da origem social dos diplomados poder ter delimitado a utilização prioritária das redes sociais no acesso ao emprego num primeiro momento, este mecanismo de acesso acabou por ganhar representatividade, o que comprova as dificuldades de acesso vividas por estes

diplomados, tendo presente que para Poliveja (2003), as redes sociais representam um mecanismo gerador de desigualdade de oportunidades, reflectindo estratificações e poderes a nível social. Resta-nos caracterizar, efectivamente, as condições laborais do primeiro emprego regular.

Verifica-se que a nível profissional, se destacam os *Especialistas das profissões intelectuais e técnicas* (EC, EE e EMGI) e o *Pessoal administrativo e similares* (T e CS), confirmando a existência de dois grupos distintos, que marcará a restante análise - o grupo das engenharias e o das áreas de T e CS. A variável género (cf. Quadro 11 em Anexos) assume nesta questão alguma relevância, já que se verifica que o sexo masculino com 77,3%, apresenta-se sobrerrepresentado na categoria dos *Especialistas das profissões intelectuais e técnicas* relativamente às mulheres, cuja taxa desce para 36,6%. Assim, podemos referir que, ao nível do acesso ao primeiro emprego, os homens apresentam, estatutariamente, melhores situações laborais, já que exercem igualmente, na sua totalidade, as profissões a tempo inteiro. Apesar disto, verifica-se que existe uma diversidade significativa nas situações profissionais apresentadas, a nível de condições e conteúdos de trabalho; conseqüentemente, verifica-se que os diplomados que apresentam actividades profissionais mais próximas da sua formação académica são as áreas de EC, EI, GCP e GE.

No que respeita à situação perante o trabalho, a maioria (81%) exercem *Por conta de outrem*, mas também os *Trabalhadores independentes* (EMGI, EI e T), sobressaindo os dois primeiros cursos, que evidenciam que mesmo os que apresentam contextos profissionais mais coerentes com as formações alcançadas denotam precariedade a este nível. Não esquecendo que, para Revel (2001), as formas de emprego precário dos jovens se materializam, sobretudo, ao nível dos contratos de trabalho e que, para Lochet (1997), a utilização do contrato a tempo indeterminado permite o acesso selectivo e lento aos mercados internos das grandes empresas da indústria e dos serviços, a análise contratual apresenta-se como central.

Para a aferição da precariedade objectiva (ou ausência da mesma), na linha de Rebelo (2004), definimos, de acordo com critérios teóricos, a natureza do vínculo contratual no emprego como variável independente chave, isto porque a precariedade laboral abrange todas as relações contratuais não permanentes ou incertas.

Para a nossa análise, partindo da proposta de Paugam (2000), segundo o qual se pode distinguir a precariedade profissional a dois níveis (precariedade de emprego-relação contratual estável; e de trabalho-maneira como o indivíduo se representa face ao emprego, condições de trabalho, possibilidade de promoção, etc), adoptamos o conceito de precariedade estruturado em duas dimensões: uma, respeitante à natureza do vínculo contratual, em termos de insegurança, em que se inclui o contrato a termo, o contrato a tempo parcial, o falso trabalho independente, o trabalho temporário e o trabalho informal; a outra, relativa à incerteza relativa ao futuro do emprego declarada pelo inquirido, independentemente de existir um vínculo contratual estável ou inseguro.

Conseqüentemente os contratos são, maioritariamente, a termo (EMGI, EE; EM; GE); salientam-se, igualmente, os *estagiários* (GCP, CS e T - estes dois últimos cursos comprovar a dificuldade de acesso ao primeiro emprego). "*Tive um estágio profissional (...) fui contratado em termos mensais, um contracto que ainda não oferecia muitas garantias. Um ano de contratos mensais, em empresas de emprego temporário, (...) há pouco tempo fiz um contrato, esse sim da empresa, que são contratos anuais.*" (ENTRV G).

No entanto, é ao nível do rendimento que se exterioriza, de uma forma mais evidentemente, a precariedade de emprego, na perspectiva de Paugam (idem), vivida por estes diplomados no exercício do primeiro emprego, já que se verifica que auferem entre 401-600 Euros (salientam-se os diplomados de EM, CS e T) e os 801-1500 Euros (GCP, EMGI; EC e EE, sobretudo os que exercem funções mais qualificadas): “(...) *faço o horário que quero, a vida que quero, desde que cumpra os meus objectivos, é claro que isto é muito exigente (...) mas em termos financeiros e face ao nível de exigência para os seus colaboradores, não é proporcional ao trabalho (...)*” (ENTRV I).

O rendimento comprova assim o observado em Gonçalves (coord.) (2009), onde a área dos diplomados implica diferenciação ao nível dos rendimentos no trabalho. Caracterizamos seguidamente as entidades empregadoras. No que respeita ao ramo de actividade económica (Quadro 12 em Anexo), salientam-se as *Indústrias Transformadoras* (EMGI; EM; EE), os *Intermediários* (EA e T) e a área das *Comunicações e informação* (EI e CS), destacando-se a diversidade de situações laborais. Quanto às dimensões das empresas, os resultados apresentam grande diversidade com referência a entidades com *1-4 trabalhadores* (EC e T), *de 5 a 9 trabalhadores* (EM e GCP), *de 10 a 49 trabalhadores* (GCP; EM; CS), mas também com *mais de 500 trabalhadores* (EMGI; GE). Apesar disto constata-se que as entidades empregadoras são sobretudo de pequena dimensão o que pode explicar em parte o fenómeno de precariedade laboral. Já no que respeita ao tipo de entidades empregadoras, a maior parte dos inquiridos encontra-se empregado em *Empresas privadas*, localizadas em *Viseu*, confirmando uma fixação regional, o que vem dar continuidade ao movimento da procura regional da educação, exteriorizando novamente a pertinência do contexto local, como defende Thompson (2005). Podemos, assim, concluir que todas as profissões estão representadas acima de 50% ao nível das empresas privadas (destaque para *Pessoal dos serviços e vendedores e os Especialistas das profissões intelectuais e técnicas*), sem distinção entre formações académicas.

Podemos concluir que, no processo de passagem da escola para o mercado de trabalho, apesar dos diplomados acederem ao primeiro emprego, 71,4% aceitam a primeira oportunidade e 33,3% beneficiam de programas de apoio público ao emprego, destacando-se a utilização dos estágios profissionais (47,8%), sem distinção evidente entre formações. Contudo, verificam-se condições de exercício laboral instáveis (sobretudo a nível contratual e de rendimento).

Os cursos da área de engenharia evidenciam níveis de ligação mais efectiva entre primeiro emprego e formação académica obtida. Verifica-se, igualmente, uma taxa de biscates elevada durante o período de acesso ao primeiro emprego regular (T, EA, CS), reflectindo dificuldades em encontrar o primeiro emprego regular. Como estes biscates não têm ligação com primeiro emprego, podemos afirmar que constituíram estratégias temporárias de acesso a um rendimento (T, EA e EI). As actividades profissionais temporárias são, sobretudo, desqualificadas (comércio, restauração, *call-center*, operário agrícola), mas também existem situações mais qualificadas (explicadores, bancário).

Poderia questionar-se se estas situações tinham contribuído para o primeiro emprego regular, mas tal não se verificou, pois a procura de emprego privilegia os canais formais (equacionando-se se não será um reflexo das origens sociais). No acesso efectivo, os conhecimentos pessoais revelaram mais importância (EC e EM, que são dois cursos que apresentam dos valores mais elevados quanto à origem social, comprovam a utilização desse recurso no acesso ao primeiro emprego), sobretudo à medida que o

tempo de acesso se estende. Interessa-nos aprofundar a situação profissional destes à data do inquérito.

5 - Conclusões

Assim, verifica-se que são sobretudo os indivíduos que ocupam as posições laborais mais qualificadas que mantiveram a situação ao nível do primeiro emprego, apesar de termos já verificado que as mesmas não implicam necessariamente qualidade ao nível das condições de trabalho ou uma fuga à precariedade de emprego.

Relativamente aos que mantiveram emprego mas alteraram situação laboral, verifica-se que o movimento revela alguma representatividade, destacando-se os casos de EA e EC, contudo, em termos práticos, as alterações não se revelaram significativas, cingindo-se sobretudo à passagem de estagiários a trabalhadores sem contrato, o que nos permite concluir que não se verifica melhoria significativa, com o passar do tempo, na situação laboral ao nível do primeiro emprego, como comprova a manutenção dos níveis de rendimento.

No caso dos que efectivamente mudaram de emprego, este movimento também não se apresenta como particularmente relevante em termos de representatividade (saliente-se EE, EC), verificando-se que, a nível contratual, as condições não melhoram face à realidade laboral anterior, surgindo mesmo casos onde os diplomados assumem não possuir contrato laboral e casos de prestação de serviços, sendo os restantes contratados a termo. Em termos de conteúdos laborais, estes casos não denotam melhoria significativa face ao primeiro emprego regular, verificando-se mesmo uma reprodução da situação anterior (EC afirmam exercer o mesmo tipo de funções). Os restantes casos (sobretudo CS e T) revelam dificuldades e dispersão profissional, confirmando dificuldades evidentes destas áreas científicas. Destacamos ainda os casos de desemprego (CS e EA) que comprovam as dificuldades dos diplomados destes cursos no acesso ao emprego. Novamente se confirma que é a nível contratual que a precariedade é mais visível, o que é reforçado pelo facto de se constatar uma estagnação dos rendimentos usufruídos. Confirma-se a dificuldade vivida ao nível do emprego, sobretudo por parte dos diplomados de T e CS, sendo que o caso de EC se apresenta como exemplificativo de que a precariedade contratual afecta igualmente os que afirmam desempenhar funções mais qualificadas e usufruem de rendimentos mais elevados. Tal movimento pode-se enquadrar na perspectiva de Fondeur e Minni (2004) que se referem ao efeito da “primeira entrada”, que alimenta o mercado de trabalho, originando um “efeito de precariedade”. Esta situação é particularmente visível a nível contratual, sendo transversal a formações académicas e tipos de empregos, o que permite equacionar se esta situação não será uma das características de acesso ao mercado de trabalho em Portugal, sobretudo para os mais jovens. Em termos de profissão, assiste-se, sobretudo, a uma reprodução de situações que não distinguem profissões nem formações, confirmando tendências verificáveis ao nível do primeiro emprego regular exercido (pela positiva EC, EE; pela negativa CS, T). Consequentemente, os novos empregos reproduzem uma ordem e uma tendência anterior, com precariedade contratual e ligeira melhoria a nível dos rendimentos.

Relativamente aos que acederam ao primeiro emprego, podemos concluir que os diplomados de CS, T e EA denotam maior dispersão profissional, sendo ao nível da

precariedade contratual que os resultados são mais esclarecedores, com grande representatividade dos trabalhadores independentes: “*Estou a recibos verdes, que é muito constrangedor, mas estou bem e estou a desempenhar um papel importante (...)*” (ENTRV A). A evolução apresenta-se positiva nos novos empregos detidos, sobretudo nas áreas de EC e GE, verificando-se uma melhoria relativa nos cursos de CS e T ao nível das condições laborais, aspecto que tem que ser minimizado, tendo presente os níveis de precariedade vividos no primeiro emprego.

Os que alteraram a sua situação foram, sobretudo, os que, ao nível do primeiro emprego, exteriorizam as situações mais precárias, acedendo agora a profissões mais coerentes com a formação académica obtida, mas mantendo, em termos de remuneração e condições de trabalho, uma fragilidade assinalável, mesmo nos casos onde não seria previsível face à denominação da profissão. Assim, constata-se que os que viram alterada a situação no primeiro emprego, mesmo nos casos das profissões mais qualificadas e próximas da formação inicial, apresentam condições de precariedade profissional evidentes.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, M. G., (2007), *A Inserção profissional de diplomados do Ensino Superior*, Lisboa, FCT.
- BARDIN, L., (1986), *L'analyse de contenu*. Paris, PUF.
- BRUYÈRE, M; LEMISTRE, P., (2005), Trouver un emploi en rapport avec sa spécialité de formation : une situation rentable?, In: GIRET; LOPEZ, (2005), *Des formations pour quels emplois?*, Paris, La Découverte.
- BUREAU, M. C; MARCHAL, E., (2005), Pluralité des marchés du travail et qualités des intermédiaires, *C.E.E.*, N° 48, P. 4-25.
- CANALS, V; DIEBOLT, C., (2001), Pourquoi entrer a L'Université? L'Exemple D'une Université de Lettres et Sciences Humaines, *International Review of Education*, N° 47(6), P. 539–572.
- COUPPIÉ, T; MANSUY, D., (2006), Youth People and New Entrants in European Labour Markets: The Timing of Gradual Integration, in: MÜLLER, W.; GANGL, M., (Ed.), (2006), *Transitions from Education to Work in Europe – The Integration of Youth into EU Labour Markets*, Oxford, Oxford University Press, P. 63-106.
- DGEEP/MTSS, (2006), Os jovens e o mercado de trabalho – Caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas, *Cognitum*, N° 18, Lisboa, DGEEP.
- FONDEUR. Y; MINNI, C. (2004), L'emploi des jeunes au coeur des dynamiques du marche du travail, *Économie et Statistique*, N° 378-379, P. 85-102.
- GALLIE, D; PAUGAM, S. (Ed.), (2000), *Welfare Regimes and the Experience of Unemployment in Europe*, Oxford.

- GANGL, M., (2002), Changing labour markets and early career outcomes: labour market entry in Europe over the past decade”, *Work, Employment and Society*, Vol. 16(1), P. 67-90.
- GAUTIÉ, J., (2003), Transitions et trajectoires sur le marché du travail, *C.E.E.*, N° 59, P. 1-4.
- GHIGLIONE, R; MATALON, B., (1993), *O Inquérito - Teoria e Prática*, Lisboa, Celta.
- GIRET, J. F; LOPEZ, A., (2005), *Des formations pour quels emplois?*, Paris, La Découverte.
- GONÇALVES C.M; PARENTE C., e VELOSO, L., (2001), Licenciados em Sociologia : ritmos e formas de transição ao trabalho, *Sociologia*, N° 11, P. 31-90.
- GONÇALVES C.M; PARENTE C., e VELOSO, L., (2004) Licenciados em sociologia e mercado de trabalho na transição do milénio, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*, Vol. XIV, pp. 253-297.
- GONÇALVES C.M., (coord.), (2009), *Licenciados, precariedade e família*, Porto, Estratégias Criativas.
- KRUPPE, T., (2002), “The dynamics of employment in the European Union : an exploratory analysis”, In : SCHMID, G ; GAZIER, B. (ed.), *The dynamics of full employment*, E.E., U.K.
- LIZÉ, L., (2005), Les dispositifs publics protègent-ils du déclassement?, In: GIRET; LOPEZ, *Des formations pour quels emplois?*, Paris, La Découverte.
- LOCHET, J. F., (1997), L’insertion structurée par les pratiques de recrutement des entreprises, In: VERNIÉRES, M., (Coord.), *L’insertion professionnelle: analyses et débats*, Paris, Economica.
- MARQUES, A.P., (2006), *Entre o diploma e o emprego: A Inserção profissional dos jovens engenheiros*, Porto, Afrontamento.
- MÜLLER, W; GANGL, M., (Ed.), (2006), *Transitions from Education to Work in Europe – The Integration of Youth into EU Labour Markets*, Oxford, Oxford University Press.
- PAUGAM, S., (2000), *Le salarié de la précarité*, PUF, Paris.
- PINTO, J. M., (1997), *Propostas para o ensino das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento.
- POLAVEJA, J. G., (2003), *Estables e Precários – Desregulation laboral y estratificación social en España*, Madrid, CIS.
- POLLMANN-SCHULT, M; BÜCHEL, F., (2005), “Unemployment benefits, unemployment duration and subsequent job quality”, *Acta Sociológica*, Vol. 18 (1), P. 21-39.
- REBELO, G., (2004), *Flexibilidade e precaridade no trabalho : análise e diagnóstico*, F.C.T., Lisboa.
- REVEL, D., (2001), *La précarité professionnelle*, Paris, L’Harmattan.
- ROSE, J., (1987), *En busca de Empleo - Formación, Paro, Empleo*, Madrid, Informes.
- ROSE, J., (1998), *Les jeunes face à l’emploi*, Paris, Desclée de Brouwer.
- SANTOS, R. (1991), *Redes sociales y mercado de trabajo*, CIS nº 119, Madrid.

- SOUSA, L., (2003), *Transição ao trabalho: interioridades, desafios ou descontinuidades - O Caso do curso de Comunicação Social da E.S.E.V.*, Dissertação de Mestrado, ISCTE.
- TEICHLER, U., (2005), *Graduados y empleo: investigación, metodología y resultados – Los casos de Europa, Japón, Argentina e Uruguay*, Buenos Aires, Niño y Dávila Editores.
- TEICHLER, U., (2007), Does Higher Education Matter? Lessons from a Comparative Graduate Survey, *European Journal of Education*, Vol. 42, Nº 1, P.11-34.
- THOMSON, R; TAYLOR, R., (2005), Between cosmopolitanism and the locals - Mobility as a resource in the transition to adulthood, *Young*, Vol 13(4), P. 327–342.
- WALTHER, A., (2006), Regimes of youth transitions - Choice, flexibility and security in young people's experiences across different European contexts, *Nordic Journal of Youth Research*, Vol 14 (2), P. 119-139.
- YIN, R. K., (1989), *Case study research: design and methods*, Beverly Hills-California, Sage Publications Incorporation.

ANEXO

Quadro 1- Caracterização pessoal segundo situação no último ano da formação (%)

Sexo	Estudava e executava trabalhos ocasionais	Exercia uma actividade profissional regular	Estudava a tempo inteiro	Total
Masculino	62,5	54,2	29,9	36,9
Feminino	37,5	45,8	70,1	63,1
Idade				
23-25 anos	25	37,5	59,7	51,4
26-30 anos	75	25	37,7	38,7
31-35 anos		12,5		2,7
36-45 anos		25	1,3	6,3
Estado civil				
Solteiro	87,5	70,8	81,8	79,3
Casado	12,5	29,2	9,1	13,5
União de facto			9,1	6,3
Residência				
Distrito de Viseu	62,5	79,2	61	64,9
Centro Litoral	12,5	8,3	16,9	14,4
Centro Interior	12,5	4,2	2,6	2,7
AMP	12,5	8,3	7,8	6,3
AML	62,5	79,2	5,2	6,3
Sul	12,5	8,3	3,9	0,9
Estrangeiro	12,5	4,2	1,3	2,7
NR	12,5	8,3	1,3	0,9
Norte Litoral	62,5	79,2	61	0,9
N	8	25	78	111

Quadro 2 - Procura de formação profissional no acesso ao primeiro emprego por curso (%)

Procurou formação	C S	G E	G C P	T	EA	EI	EC	EE	EM	EMGI	CA	Total
Sim	45,8	20	40	50	83,3	0	12,5	25	66,7	0	0	42,4
Não	54,2	80	60	50	16,7	0	87,5	75	33,3	0	0	57,6
Curso I												
Formação de Formadores	45,5	0	50	42,9	10	0	0	0	50	0	0	29,7
THST	0	0	0	0	80	0	100	50	0	0	0	27
Línguas	18,2	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10,8
Curso de Tripulante de Ambulância	0	0	0	14,3	0	0	0	0	0	0	0	2,7
NR	9,1	0	0	0	10	0	0	50	0	0	0	8,1
Gestão Internacional/ Comercial	0	0	50	14,3	0	0	0	0	0	0	0	5,4
CAP	0	0	0	14,3	0	0	0	0	50	0	0	5,4
Seminário de Estudos Europeus	9,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,7
Atelier de Imprensa	9,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,7
Galileo	0	0	0	14,3	0	0	0	0	0	0	0	2,7
Global Management	9,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,7
Curso II												
NR	81,8	100	50	85,7	60	0	100	100	100	0	0	77,1
Formação de formadores	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	0	8,6
Inglês	9,1	0	0	14,3	0	0	0	0	0	0	0	5,7
Gestão de Resíduos	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	2,9
Estudos Europeus	9,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,9
Gestão da qualidade	0	0	50	0	0	0	0	0	0	0	0	2,9
N	18	6	5	9	6	4	8	3	3	1	0	63

Quadro 3 - Procura de formação profissional segundo acesso ao 1º emprego (%)

No período de acesso ao 1º emprego procurou formação?	Demorei _ meses a encontrar o meu 1º emprego regular	Estou à procura do 1º emprego regular	Não encontrei emprego porque continuei a estudar	Total
Sim	38,1	52,6	66,7	42,4
Não	61,9	47,4	33,3	57,6
N	63	19	3	85

Quadro 4 - Procura de formação profissional segundo tempo de acesso ao 1º emprego (%)

No período de acesso ao 1º emprego procurou formação?	Tive emprego imediato	1-6 meses	7-12 meses	13-18 meses	Total
Sim		34,1	72,7	50	38,1
Não	100	65,9	27,3	50	61,9
N	7	41	11	4	63

Quadro 5 - Iniciativas referidas segundo tempo de acesso (%)

		Demorei _ meses a encontrar o meu 1º emprego regular	Estou à procura do 1º emprego regular	Não encontrei emprego porque continuei a estudar	Total
Inscrição no Centro de Emprego	Referido	73	84,2	100	76,5
	Não Referido	27	15,8		23,5
Contacto com agências privadas de recrutamento/selecção	Referido	38,1	47,4	66,7	41,2
	Não Referido	61,9	52,6	33,3	58,8
Contacto com amigos/familiares	Referido	34,9	47,4	66,7	38,8
	Não Referido	65,1	52,6	33,3	61,2
Colocação ou respostas a anúncios	Referido	52,4	63,2	33,3	54,1
	Não Referido	47,6	36,8	66,7	45,9
Autopropostas/Candidaturas espontâneas	Referido	58,7	73,7	100	63,5
	Não Referido	41,3	26,3		36,5
Procurar através do Instituto Politécnico	Referido	22,2	15,8	33,3	21,2
	Não Referido	77,8	84,2	66,7	78,8
Criar o próprio emprego/empresa	Referido	1,6		33,3	2,4
	Não Referido	98,4	100	66,7	97,6
Não procurei emprego porque continuei a estudar	Referido			33,3	1,2
	Não Referido	100	100	66,7	98,8
Não tomei nenhuma iniciativa	Referido	3,2		33,3	3,5
	Não Referido	96,8	100	66,7	96,5
Outro meio	Não Referido	85,7	100	66,7	88,2
	Referido	9,5		33,3	8,2
Continuidade de estágio curricular	Referido	3,2			2,4
	Referido	1,6			1,2
Estágio remunerado					
N		63	19	3	85

Quadro 6 - Dificuldades no exercício do primeiro emprego regular por curso (%)

	C S	G E	G C P	T	EA	EI	EC	EE	EM	EMGI	CA	Total
NR	0	16,7	40	0	33,3	25	37,5	33,3	33,3	0	0	17,5
Lacunas formativas	11,1	16,7	0	22,2	16,7	50	0	0	0	0	0	12,7
Falta de experiência profissional	16,7	0	0	0	33,3	0	12,5	33,3	33,3	100	0	14,3
Excesso de conhecimentos para o emprego exercido	11,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3,2
Falta língua estrangeira/Falta de estágio curricular	0	0	0	11,1	0	0	0	0	0	0	0	1,6
Questão económica sobrepõem-se às técnicas nas opções de trabalho	0	0	0	0	0	0	12,5	0	0	0	0	1,6
Nenhuma dificuldade	11,1	0	0	11,1	0	0	12,5	0	0	0	0	6,3
Gestão do tempo	0	0	20	0	0	0	0	0	0	0	0	1,6
Falta de conhecimentos informáticos	5,6	0	0	11,1	0	0	0	0	0	0	0	3,2
Aplicabilidade do conhecimento obtido na formação académica	11,1	50	20	0	16,7	0	0	0	0	0	0	11,1
Adaptação ao Local/colegas de trabalho	11,1	16,7	0	0	0	0	12,5	0	33,3	0	0	7,9
Línguas Estrangeiras	0	0	0	11,1	0	0	0	0	0	0	0	1,6
Capacidade de comunicação em público.	0	0	0	11,1	0	0	0	0	0	0	0	1,6
Falta de orientação	0	0	0	0	0	0	0	33,3	0	0	0	1,6
Trabalhar fora da área de formação	22,2	0	0	11,1	0	0	0	0	0	0	0	7,9
Más condições de trabalho	0	0	20	11,1	0	0	12,5	0	0	0	0	4,8
Manutenção de software específico da empresa	0	0	0	0	0	25	0	0	0	0	0	1,6
<i>N</i>	<i>18</i>	<i>6</i>	<i>5</i>	<i>9</i>	<i>6</i>	<i>4</i>	<i>8</i>	<i>3</i>	<i>3</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>63</i>

Quadro 7 - Acesso ao primeiro emprego por curso (%)

	C S	G E	G C P	T	EA	EI	EC	EE	EM	EMGI	Total
Acedi ao primeiro emprego	75	60	100	64,3	50	100	100	75	100	100	74,1
Estou à procura do primeiro emprego regular	25	30	0	28,6	41,7	0	0	25	0	0	22,4
Não encontrei emprego porque continuei a estudar	0	10	0	7,1	8,3	0	0	0	0	0	3,5
Tempo de acesso											
Tive emprego imediato	5,6	33,3	0	11,1	0	0	25	0	33,3	0	11,1
Demorei 1 a 6 meses	55,6	66,7	60	77,8	50	100	62,5	100	33,3	100	65,1
Demorei 7/12 meses	27,8	0	40	11,1	33,3	0	12,5	0	0	0	17,5
Demorei 13/18 meses	11,1	0	0	0	16,7	0	0	0	33,3	0	6,3
<i>N</i>	<i>18</i>	<i>6</i>	<i>5</i>	<i>9</i>	<i>6</i>	<i>4</i>	<i>8</i>	<i>3</i>	<i>3</i>	<i>1</i>	<i>63</i>

Quadro 8 - Tempo de acesso ao 1º emprego segundo idade (%)

	23-25 anos	26-30 anos	36-45 anos	NR	Total
Acedi ao meu 1º emprego regular	72,9	77,1	100	0	74,1
Estou à procura do 1º emprego regular	25	17,1	0	100	22,4
Não encontrei emprego porque continuei a estudar	2,1	5,7	0	0	3,5
<i>N</i>	<i>48</i>	<i>35</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>85</i>

Quadro 9 - Tempo de acesso ao 1º emprego por curso (%)

Tempo de acesso	CS	GE	GCP	T	EA	EI	EC	EE	EM	EMGI	CA	Total
Tive emprego imediato	5,6	33,3	0	11,1	0	0	25	0	33,3	0	0	11,1
1-6 meses	55,6	66,7	60	77,8	50	100	62,5	100	33,3	100	0	65,1
7-12 meses	27,8	0	40	11,1	33,3	0	12,5	0	0	0	0	17,5
13-18 meses	11,1	0	0	0	16,7	0	0	0	33,3	0	0	6,3
<i>N</i>	18	6	5	9	6	4	8	3	3	1	0	63
Aceitou a 1ª oportunidade?												
Sim	66,7	66,7	60	77,8	83,3	50	75	66,7	100	100	0	71,4
Não	33,3	33,3	40	22,2	16,7	50	25	33,3	0	0	0	28,6
<i>N</i>	31	15	5	19	12	6	8	6	3	2	4	111

Quadro 10 - Acesso ao 1º emprego por curso (%)

Ajudas no acesso ao 1º Emprego	CS	GE	GCP	T	EA	EI	EC	EE	EM	EMGI	CA	Total
Sim	27,8	0	60	33,3	33,3	25	50	33,3	66,7	0	0	33,3
Não	72,2	100	40	66,7	50	75	50	66,7	33,3	100	0	65,1
NR	0	0	0	0	16,7	0	0	0	0	0	0	1,6
Quais												
Estágio Profissional-IEFP	60	0	33,3	33,3	0	100	100	0	50	0	0	47,8
Apoios às PME's (IAPMEI)	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4,3
Apoio ao 1º emprego	0	0	0	0	33,3	0	0	0	0	0	0	4,3
Estágio Inovjovem	0	0	33,3	0	0	0	0	0	50	0	0	8,7
Curso de técnico numa associação empresarial	0	0	0	0	33,3	0	0	0	0	0	0	4,3
Centro de Emprego	0	0	33,3	0	0	0	0	0	0	0	0	4,3
Estágio inserção na vida activa	0	0	0	33,3	0	0	0	0	0	0	0	4,3
NR	20	100	0	33,3	33,3	0	0	100	0	0	0	21,7
Acesso ao 1º emprego												
Centro de emprego	16,7	0	20	0	0	0	0	0	0	0	0	6,5
Auto-proposta	16,7	16,7	0	33,3	16,7	25	42,9	66,7	0	0	0	22,6
Conhecimentos pessoais	22,2	16,7	20	22,2	33,3	25	28,6	0	33,3	0	0	22,6
Resposta a anúncios	33,3	33,3	20	22,2	16,7	50	14,3	0	33,3	0	0	25,8
Empresa de trabalho temporário	5,6	0	0	0	0	0	0	0	33,3	0	0	3,2
Criou uma empresa	0	0	20	0	0	0	0	0	0	0	0	1,6
Concurso oficial	0	0	0	11,1	0	0	0	33,3	0	0	0	3,2
Sequência de um estágio profissional	5,6	0	0	11,1	33,3	0	14,3	0	0	100	0	9,7
Outro -sequência de estágio curricular	0	33,4	20	0	0	0	0	0	0	0	0	4,8
<i>N</i>	18	6	5	9	6	4	8	3	3	1	0	63

Quadro 11 - Profissão segundo sexo (%)

Profissão - 1º emprego	Masculino	Feminino	Total
Especialistas das profissões intelectuais e técnicas	77,3	36,6	50,8
Técnicos e profissionais de nível intermédio	4,5	7,3	6,3
Pessoal administrativo e similares	0	31,7	20,6
Pessoal dos serviços e vendedores	4,5	17,1	12,7
Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	9,1	4,9	6,3
NR	4,5	2,4	3,2
Como era exercida			
Tempo parcial	0	4,9	3,2
Tempo inteiro	100	95,1	96,8
N	22	41	63

Quadro 12 - Caracterização da entidade empregadora por curso (%)

Sector de actividade económica	CS	GE	GCP	T	EA	EI	EC	EE	EM	EMGI	CA	Total
Indústrias Transformadoras	11,1	50	40	0	16,7	0	12,5	66,7	100	100	0	23,8
Construção e Obras Públicas	5,6	0	0	0	0	0	62,5	0	0	0	0	9,5
Comércio por Grosso e a Retalho	11,1	0	0	11,1	0	25	0	0	0	0	0	6,3
Restauração	5,6	16,7	0	11,1	0	0	0	0	0	0	0	4,8
Comunicações e informação	33,3	0	0	0	0	50	0	0	0	0	0	12,7
Banca e seguros	0	16,7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,6
Intermediários	22,2	0	20	33,3	33,3	0	25	0	0	0	0	19
Serviços públicos e privados	11,1	0	0	22,2	16,7	0	0	0	0	0	0	7,9
Ensino	0	0	0	11,1	0	0	0	33,3	0	0	0	3,2
Outra: Associação Empresarial/Cultural	0	16,7	40	11,1	33,4	25	0	0	0	0	0	10,6
Tipo de empresa												
Empresa privada	77,8	66,7	60	66,7	50	75	100	66,7	100	100	0	74,6
Empresa Pública	0	0	0	11,1	0	0	0	33,3	0	0	0	3,2
Empresa Mista	11,1	16,7	20	0	0	0	0	0	0	0	0	6,3
Administração Pública	0	0	0	11,1	0	0	0	0	0	0	0	1,6
Administração Pública Local	5,6	0	0	11,1	16,7	0	0	0	0	0	0	4,8
Cooperativa	5,6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,6
Associação de desenvolvimento	0	16,7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,6
Outra: Empresário em nome individual	0	0	20	0	33,3	25	0	0	0	0	0	1,6
Nº de trabalhadores												
1 a 4 trabalhadores	27,8	0	0	44,4	0	50	37,5	0	0	0	0	22,2
5 a 9 trabalhadores	16,7	16,7	40	0	16,7	0	25	0	33,3	0	0	15,9
10 a 49 trabalhadores	33,3	0	40	22,2	16,7	0	0	0	33,3	0	0	19
50 a 199 trabalhadores	5,6	0	0	22,2	16,7	25	12,5	66,7	0	0	0	12,7
200 a 500 trabalhadores	5,6	0	0	11,1	0	25	12,5	33,3	33,3	0	0	9,5
Mais de 500 trabalhadores	11,1	83,3	20	0	16,7	0	12,5	0	0	100	0	17,5
NR	0	0	0	0	33,3	0	0	0	0	0	0	3,2
Localização												
Viseu	61,1	83,3	40	55,6	0	25	75	66,7	100	100	0	57,1
Centro Litoral	11,1	0	60	22,2	0	50	12,5	0	0	0	0	15,9
Centro Interior	5,6	0	0	11,1	0	0	0	0	0	0	0	3,2
AMP	5,6	0	0	0	33,3	25	12,5	0	0	0	0	7,9

AML	11,1	0	0	0	16,7	0	0	0	0	0	0	4,8
Sul	0	0	0	0	0	0	0	33,3	0	0	0	1,6
Norte Interior	5,6	0	0	0	16,7	0	0	0	0	0	0	3,2
Estrangeiro	0	16,7	0	11,1	0	0	0	0	0	0	0	3,2
NR	0	0	0	0	33,3	0	0	0	0	0	0	3,2
<i>N</i>	<i>18</i>	<i>6</i>	<i>5</i>	<i>9</i>	<i>6</i>	<i>4</i>	<i>8</i>	<i>3</i>	<i>3</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>63</i>